

A institucionalização da História Econômica na Inglaterra, c.1900

Alexandre Macchione Saes
Departamento de Economia – FEA/USP

Resumo: O presente artigo se propõe a apresentar o percurso de constituição da inglesa *Economic History Society*, primeira associação de história econômica do mundo, levando em conta o ambiente intelectual em que estavam imersos seus pesquisadores e estabelecendo o embate entre as lideranças fundadoras da história econômica e os economistas ingleses. A institucionalização da história econômica na Inglaterra, por meio da formação de sua associação, da promoção de congressos e de publicações de revistas direcionadas para a comunidade, deve ser encarada, não somente como um indicador da vitalidade da área por conta da organização dos pesquisadores, da disseminação de resultados de pesquisa e da presença de seus pesquisadores no debate dos grandes temas da sociedade, mas também como um instrumento de proteção e de valorização da área.

Palavras-chave: Economic History Society, Inglaterra, história econômica.

Abstract: The paper presents the *Economic History Society* development, the world's first economic history association, taking into account the intellectual environment that was immersed the founding leaders and the debates between economic historians and economists in England. The economic history institutionalization in England, through the formation of its association, the organization of congresses and publications oriented to the community, should be seen not only as an indicator of the vitality of the area of the society of researchers, but also as an instrument of protection and appreciation of the area.

Keywords: Economic History Society, England, economic history.

Área ANPEC:
Área 3 - História Econômica

Classificação JEL: N01 B52

A institucionalização da História Econômica na Inglaterra, c.1900

Introdução

O século XX foi palco da constituição de um grande número de associações nacionais de história econômica. Em comum, por meio da formação das associações buscava-se a construção de espaços para o encontro da comunidade – tanto por congressos como por seminários – ou mesmo para a divulgação das pesquisas de seus sócios – por meio de revistas científicas dedicadas exclusivamente aos temas característicos dos historiadores econômicos. Podemos dizer que esse momento de formação das associações representava o contraditório contexto de efervescência de uma massa-crítica de pesquisadores e professores, que sustentava certa identidade entre os historiadores econômicos e, por outro lado, de uma conjuntura de crescente questionamento do método da história econômica por parte de outras áreas do conhecimento.

Nesse sentido, é possível encontrar a razão da constituição das associações de história econômica no cotejamento do florescimento de pesquisas e de lideranças na área com o ambiente intelectual de cada país – por vezes, de estreitamento dos espaços acadêmicos e de menor reconhecimento das contribuições de historiadores econômicos por parte de seus pares na academia, ora economistas, ora historiadores. Por exemplo, em se tratando da ciência econômica, a sua crescente instrumentalização e formalização tendeu, a partir de meados do século XX, a inferiorizar as interpretações e as análises históricas ante os métodos matemáticos e estatísticos. Por outro lado, a ascensão de uma história cultural, de valorização de aspectos antropológicos e psicológicos, particularmente ascendente a partir dos anos 1960 e 1970, retirou dos historiadores econômicos a posição outrora dominante na produção de obras históricas.

No caso inglês, o início da institucionalização da história econômica pode ser datado do período das duas últimas décadas do século XIX. Para N. B. Harte, o período de 1882 a 1904, que vai da publicação da primeira edição do livro do economista William Cunningham, *The growth of English Industry and Commerce in Modern Times*, e a constituição da primeira cadeira dedicada exclusivamente à história econômica na Inglaterra, na London School of Economics, seria a fase da “decolagem” da história econômica. Isto é, o momento em que, partindo dos debates sobre o método em economia da década de 1870, os economistas históricos encontrariam na criação de uma cadeira universitária a solução para garantir a demarcação do espaço da história econômica. Por outro lado, o período entre 1904 e 1926, que vai do início da disseminação das cadeiras pelas universidades inglesas até a formação da *Economic History Society*, seria o momento de “avanço para a maturidade” da área (HARTE, 1975, pp.xii e xxvii). Em suma, se valendo das expressões da teoria do desenvolvimento econômico de W. Rostow como analogia, N.B. Harte acaba por inferir um caráter significativamente positivo, incremental, na consolidação do ambiente da história econômica na Inglaterra do período.

Não podemos negar que se tratava de uma geração formada por representativos personagens, que apresentaram trabalhos de história econômica em quantidade e qualidade (SCHUMPETER, 1964, p.87). E, ao mesmo tempo, a sociedade e parte da comunidade acadêmica demonstravam crescente aceitação e interesse pelos estudos históricos com temáticas econômicas no país, lembrando os sucessos editoriais de autores como Gibbins, com *Industrial History of England*, obra de 1890, com 28 reimpressões até 1926; Townsend Warner, com o livro *Landmarks of English industrial history*, publicado 1899, e com mais de 26 mil cópias vendidas até 1913; e a obra de

Sidney e Beatrice Webb, *Industrial democracy*, publicada em 1897, com mais de 13 mil cópias vendidas até 1914 (BARKER, 1977, p.4).

Mas certamente foi Sir William James Ashley (1860-1927), autor de *Introduction to English Economic History and Theory* de 1885, que iniciou carreira nas Universidades de Oxford e de Toronto, que assumiria o papel de uma das principais lideranças em solo inglês no processo de institucionalização da história econômica no país.¹ Inicialmente foi o responsável pela constituição da primeira cadeira destinada à História Econômica no mundo, no ano de 1892 na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Anos mais tarde, retornando para seu país natal, assumiu a cadeira de Comércio da primeira Faculdade de Comércio da Inglaterra, na Universidade de Birmingham, em 1901, mas continuou advogando a favor da área, tendo sido o primeiro presidente da *Economic History Society* em 1926.

Além de Ashley, entre os pioneiros da história econômica na Inglaterra figuravam nomes como de Arnold Toynbee, Thorold Rogers e William Cunningham (HARTE, 1975, p.xix). Arnold Toynbee (1852-1883) faleceu prematuramente, mas seu famoso curso sobre a Revolução Industrial inglesa no Século XVIII, apresentado em Oxford entre 1881 e 1882, tornou-se referência temática e metodológica com o livro póstumo *Lectures on the Industrial Revolution in England* de 1884. Thorold Rogers (1823-1890), por seu turno, mesmo negando a necessidade de um método histórico para o ensino de Economia – visto como o mais ortodoxo economista histórico inglês da geração –, também legou valiosas contribuições, por meio de estudos de história econômica, como os livros *History of agriculture and prices* (1866), *Industrial and commercial history of England* (1882) e *Six centuries of work and wages* (1884) (KOOT, 1980, pp.183-5). Finalmente, William Cunningham (1849-1919), que se tornaria o principal oponente de Alfred Marshall em Cambridge e relevante defensor do método histórico nos cursos de economia, foi autor das obras *The growth of English Industry and Commerce in Modern Times*, de 1882 e *The growth of English Industry and Commerce during the early and middle ages* de 1890.

A lista poderia avançar para outros nomes como os de Herbert S. Foxwell (1849-1936), professor de Economia Política na Universidade de Londres e autor de *Irregularity of employment and the fluctuations of prices*, de 1886; ou, ainda, William Albert Samuel Hewins (1865-1931), que desempenhou o papel de Reitor da London School of Economics - LSE entre 1895 e 1903 e foi o autor de *English trade and finance, chiefly in the Seventeenth Century* de 1892. A convicção de que se tratava de uma geração teoricamente poderosa era reconhecida pelos próprios economistas. O otimismo de William Hewins sobre o projeto de curso da London School of Economics era tamanho, levando-o a dizer, em 1898, que seria possível passar o centro gravitacional dos economistas históricos da Alemanha para a Inglaterra (KOOT, 1980, p.201).

Em suma, a Inglaterra tornou-se um espaço privilegiado para a congregação de historiadores econômicos, os quais durante as primeiras décadas do século XX possuíam lideranças intelectuais e institucionais que foram mobilizadas para organizar pesquisadores e simpatizantes em defesa da área. Tal liderança, todavia, acreditamos que cumpriu efetivamente com o papel de um movimento de resistência, ante a ideia de um movimento de afirmação, pois na Inglaterra de início do século XX, o ambiente de constituição da associação esteve longe de ser favorável aos economistas que se amparavam na história como instrumento de análise e interpretação dos fenômenos econômicos. Para os economistas ingleses, o momento era de profunda difusão do

¹ O interesse de Ashley pela história econômica é creditado pela influência de Arnold Toynbee, seu professor em Oxford, e de Gustav Schmoller, seu professor em Berlim (HARTE, 1975, p.xxii).

marginalismo naquilo que daria base para a consolidação da já então chamada Ciência Econômica.

Assim, o presente artigo se propõe a apresentar o percurso de constituição da inglesa *Economic History Society*, primeira associação de história econômica do mundo, levando em conta o ambiente intelectual em que estavam imersos seus pesquisadores e estabelecendo o embate entre as lideranças fundadoras da história econômica e os economistas ingleses. É preciso dizer que essa relação entre o espaço de formação dos historiadores econômicos e a constituição das associações deve ser encarada muito mais como *afinidades eletivas* do que como uma estreita causalidade. Se não é possível negar a influência do ambiente intelectual e dos desafios por ele colocado sobre os historiadores econômicos que assumiram a tarefa de definir os marcos institucionais, todavia não duvidamos que outras motivações – frutos de experiências particulares de cada localidade e de possíveis disputas de caráter nem sempre teóricas – podem ser levadas em conta como motivações para indicar o caminho da institucionalização das associações. Assim, a institucionalização da história econômica na Inglaterra, por meio da formação das associações, da promoção de congressos e das publicações de revistas direcionadas para a comunidade, deve ser encarada, portanto, não somente como um indicador da vitalidade da área por conta da organização dos pesquisadores, da disseminação de resultados de pesquisa e da presença de seus pesquisadores no debate dos grandes temas da sociedade, mas também como um instrumento de defesa, proteção e de conservação da área, num momento de estreitamento de sua atuação.

O debate do método na Inglaterra (*Methodenstreit*)

Recuperar a origem da História Econômica não é, certamente, uma tarefa simples. Se os marcos de sua institucionalização são mais evidentes, isto é, a criação de cadeiras nas universidades, a formação de sociedades e periódicos autointitulados de “história econômica”, por outro lado, o perfil da pesquisa, o estudo de determinados temas e o uso de uma dada metodologia que define a área de história econômica como esfera autônoma de análise, são elementos muito mais sutis e fluídos de definição. Não é possível negar elementos comuns ao perfil da pesquisa de história econômica em escritos da Economia Política Clássica, como em partes de *A riqueza das nações* de Adam Smith, ou mesmo nas obras do Materialismo Histórico, como por exemplo, no *Capital* de Karl Marx.² Mas considerar esses autores e escolas como parte da evolução da história econômica é flertar com o anacronismo, deixando de reconhecer seus ambientes intelectuais particulares, tanto de disputas teórico-metodológicas, como também de querelas políticas.³

Os primeiros genes da “espécie” de historiadores econômicos ingleses podem ser encontrados naquilo que ficou conhecido como o debate dos métodos, realizado por economistas ingleses e alemães nas décadas finais do século XIX. Isto é, não somente uma experiência precoce, mas também diferente da tradição dos estudos de história econômica realizados, por exemplo, na França, campo dominado substancialmente por historiadores que circulariam pela *Revista dos Annales* nas décadas de 1930 e 1940. Na

² Para conferir a dimensão do progresso e da leitura de história entre os autores da Economia Política Clássica e do Materialismo Histórico, conferir Fontana (1993, cap.4 e 7).

³ Para uma referência sobre estudos com temáticas de história econômica antes dessa institucionalização da área, conferir o artigo de N.S.B. Gras (1927, pp.12-27). Para o autor, as obras publicadas entre o século XVI e XVIII eram poucas e basicamente se voltavam para pensar as atividades comerciais. Na Inglaterra, mesmo depois de Adam Smith, o diálogo entre a história e economia ainda será limitado, tendo maior espaço entre os economistas políticos alemães.

década de 1870, ainda reconhecidos na Inglaterra como “economistas históricos”, ou na Alemanha como membros da escola histórica, a ideia de constituição de uma área do conhecimento chamada de História Econômica, área independente da economia, não fazia sentido ainda.⁴ O que se defendia era efetivamente que o economista como pesquisador deveria incorporar técnicas de pesquisa em história em sua metodologia.

Essa perspectiva já estava presente entre os autores da primeira geração da escola histórica alemã que emergiu durante a década de 1840 com a liderança de Wilhelm Roscher – autor de *Grundriss zu Vorlesungen über die Staatswirthschaft Nach geschichtlicher Methode* (1843) – e com outros representantes como Friedrich List, Bruno Hildebrand, Karl Knies (HARTE, 1975, p.xiii).⁵ Essa seria a antiga escola histórica alemã, cujos autores advogavam o uso de evidências históricas na construção do conhecimento econômico, sem oporem-se necessariamente à elaboração de teorias, mas sim refutando a validade das teorias de caráter dedutivo, como aquelas teorias presentes na obra de David Ricardo.

A nova escola histórica alemã, por seu turno, deve ser lembrada especialmente pelo papel desempenhado por Gustav von Schmoller, professor responsável por formar gerações de economistas da Europa e dos Estados Unidos. N.S.B. Gras, criador da cadeira de *Business History* em Harvard e membro da primeira gestão da *Economic History Association*, narrou a influência de Schmoller desta forma:

“Germany no longer has before it the colossal figure of a Schmoller, surrounded by a seminar of disciples destined to spread his influence in distant parts and fulfill wish more careful special studies on economic history. Schmoller was a historical economist, but his methods called for painstaking researches in economic history. His influence in our generation, upon such scholars as Ashley, Gay, Seligman and Unwin, may be compared with that of Ranke in the field of political history a generation or so ago” (GRAS, 1920, p.210).

Schmoller foi também personagem central na chamada “batalha do método”, na versão germânica, em contraposição as posições do economista austríaco Carl Menger. O *Methodenstreit*, como ficou conhecido o debate entre Menger e Schmoller realizado por meio de artigos publicados entre 1883 e 1884, em linhas gerais, demonstrava na perspectiva do austríaco uma visão cosmopolita e individualista de sociedade, enquanto por detrás dos argumentos historicista do alemão estava uma visão nacionalista e coletivista da economia. Em síntese: “a escola austríaca defendia teoria, abstração e dedução. A escola histórica defendia história, realismo e indução” (NARDINELLI & MEINERS, 1988, pp.543-4).⁶

Assim, Gerard Koot não duvida da importante ligação entre os economistas históricos na Inglaterra e na Alemanha, considerando inclusive, os precursores ingleses

⁴ N.S.B. Gras (GRAS, 1920, p.217) distingue de maneira *sui generis* os historiadores econômicos e os economistas históricos por meio do viés de interpretação, os primeiros valorizando a produção e os segundos a circulação, o que certamente não faz muito sentido para o debate metodológico. Joseph Schumpeter, por sua vez, trata de maneira praticamente indiferenciada os dois termos (SCHUMPETER, 1964, 87). Como afirmaremos mais a frente, a diferenciação de denominação pode revelar um aspecto interessante para compreensão do lugar deste perfil de pesquisador.

⁵ Edwin F. Gay, primeiro presidente da *Economic History Association*, associação norte-americana, em seu discurso de posse indica Roscher como um dos primeiros economistas históricos, formulador de um programa original de uma nova escola de economia (GAY, 1941, p.9).

⁶ Para o debate do método alemão há uma vasta literatura, cf.: Schumpeter (1968, cap.4); Hodgson (2001, cap.4, 7 e 9), Tribe (2003).

da história econômica, Ashley e Toynbee, como herdeiros diretos dos debates promovidos pelos economistas históricos. Para o autor, apesar da participação de historiadores no movimento que culminaria com a formação da *Economic History Society*, foram os economistas históricos que, no último quarto do século XIX, desempenharam o maior papel intelectual e institucional, reconhecendo a história econômica como uma disciplina acadêmica distinta na Inglaterra (KOOT, 1980, p.174). Para Ashley, a questão do método histórico era duplamente importante, tanto por questões teóricas como por implicações políticas. O seu contato com a escola história, contudo, deu-se inicialmente pela “versão inglesa” do debate do método, *Methodendikurs*, ocorrida quase uma década antes da germânica, e somente anos mais tarde pelos estudos na Alemanha, onde conheceu pessoalmente Gustav von Schmoller (KOOT, 1980, pp.188-9).

Assim, não obstante o fato de a identificação dos economistas ingleses com as interpretações históricas poder ser resgatado pelas influências da escola histórica alemã, antes mesmo da batalha dos métodos em sua versão germânica, a Inglaterra já teria passado por sua própria versão da batalha dos métodos. Com a crise da Economia Política Clássica nos anos 1870, os “economistas históricos” passaram a disputar os temas, as interpretações econômicas e a própria direção do futuro da teoria econômica na Inglaterra com os economistas da corrente marginalista em ascensão (HODGSON, 2001, cap.8).

A origem do *Methodendikurs*, nesse sentido, era parte do cenário de crise da Economia Política Clássica dos anos 1870, tanto por conta do falecimento de John Stuart Mill em 1873, possivelmente o último grande representante dessa escola na Grã-Bretanha (MATTOS, 2010, p.271), como pela publicação das obras de Jevons, Menger e Walras que inauguravam o marginalismo naquela década. Antecipando a polarização do ambiente alemão da década de 1880, “by the 1870s political economy came to be deeply divided by what later generations were to regard as a futile methodological debate about whether economists should be inductivist or deductivist, whether the efforts of economists should be devoted towards developing theories or gathering facts” (HARTE, 1975, p.xiv).

Entre as principais lideranças dos economistas históricos ingleses estava Cliffe Leslie, um discípulo pouco ortodoxo de Stuart Mill, professor de Jurisprudência e Economia Política em Belfast.⁷ Preocupado com as questões sociais na Irlanda, especialmente derivadas da questão agrária, durante a década de 1870 o autor empreendeu uma batalha contra os princípios clássicos da Economia Política. Opunha-se aos princípios gerais das teses de autores como David Ricardo e, do próprio mentor John Stuart Mill, questionando a universalidade das motivações dos homens em busca da riqueza e da aversão ao trabalho, estabelecendo uma hipótese comportamental que definia o “homem econômico” por meio de uma abstração. Contra essa concepção, os historicistas defendiam uma ciência indutiva, próxima da análise histórica e sociológica. Assim, acreditava que somente por meio de uma investigação histórica, em oposição às teorias dedutivas, seria possível compreender as raízes da crise econômica que assolava os irlandeses (KOOT, 1980, p.180; MATTOS, 2017, p.4). Nas palavras do autor:

“The economic structure of any given community, the direction taken by national energies, the occupations of the different classes and of both sexes, the constituents and the partition of movable and immovable property, the progressive, stationary, or retrogressive condition in respect

⁷ Cliffe Leslie e seu colega John Ingram foram responsáveis por trazer algumas referências da escola histórica alemã, como Karl Knies, para a língua inglesa (HODGSON, 2001, p.69).

of productive power and the quantity and quality of the necessaries, comforts, and luxuries of life, are the results not of special economic forces, but of all the social forces, political, moral, and intellectual, as well as industrial” (LESLIE, 1879).

A crítica de Cliffe Leslie aos postulados da Economia Política Clássica era de que a teoria estava fundamentada na realidade econômica da Inglaterra que, todavia, não poderia ser reproduzida para outros contextos. A fome que se abatia sobre a Irlanda teria sido resultado, desta forma, de erros de políticas de livre-comércio guiadas pelas “leis universais” da teoria econômica. Nesse sentido, somente seria possível avaliar outras realidades econômicas, culturais e institucionais, valendo-se das evidências empíricas, de um método indutivo, assim encontrando políticas econômicas que fossem mais adequadas para problemas em específico (HODGSON, 2001, pp. 66-7).⁸

Nesse sentido, Leslie polarizava os métodos econômicos entre o que era dominante entre as escolas inglesa e alemã, se filiando aos germânicos, considerando a tendência que deveria se tornar dominante:

“Two different conceptions of Political Economy now divide economists throughout Europe; of which, looking to their origin, one may be called English, the other German, though neither meets with universal acceptance in either England or Germany. English writers in general have treated Political Economy as a body of universal truths or natural laws; or at least as a science whose fundamental principles are all fully ascertained and indisputable, and which has nearly reached perfection. The view, on the other hand, now almost unanimously received at the universities, and gaining ground among practical politicians, in Germany, is that it is a branch of philosophy which has received various forms in different times and places from antecedent and surrounding conditions of thought, and is still at a stage of very imperfect development, Each of these conceptions has its appropriate method; the first proceeding by deduction from certain postulates or assumptions, the second by investigation of the actual course of history, or the historical method” (LESLIE, 1875, p.1).

Advogando na mesma perspectiva de Leslie, estavam economistas como Walter Bagehot e John Ingram. Em artigo de 1876, Bagehot via a Economia Política, especialmente aquela gerada a partir da obra de David Ricardo, como grande simplificação da realidade (HARTE, 1975, p.xv); por outro lado, John Ingram, em discurso como Presidente da British Association for the Advancement of Science, em 1878, afirmaria a necessidade do desenvolvimento de uma economia histórica, por meio da análise empírica dos fatos (HODGSON, 2001, p.68). No discurso o autor elenca o que ele considera como os erros cometidos pelos economistas ingleses: 1. Apartar os fenômenos econômicos dos outros aspectos da sociedade; 2. Considerar, muito por influência de David Ricardo, de maneira abstrata suas proposições; 3. Exagerar na análise dedutiva em suas investigações; e, finalmente, 4. Estabelecer conclusões apressadas e universais, por meio dos pressupostos teóricos, para aplicar na política econômica de qualquer sociedade indiscriminadamente. Como exemplo Ingram

⁸ O debate inglês foi polarizado entre as contribuições de Cliffe Leslie e W.S. Jevons, na segunda metade da década de 1870.

questionava a concepção absoluta, tanto teórica como prático, da doutrina do *laissez faire* (INGRAM, 1878).

Numa posição de destaque na sociedade científica inglesa, era sintomático o recado de John Ingram em 1878, demonstrando como o campo dos estudos econômicos estava em disputa. Ingram, de sua parte, exigia que os ingleses não ignorassem os avanços das ciências da Europa continental, em especial das possíveis relações que poderiam ser realizadas entre a economia e sociologia, seguindo as ideias de C. Leslie:

“Our economists have undeniably been slow in observing the currents of European thought. Whilst such foreign writers as echo the doctrines of the so-called orthodox school, are read and quoted in England, the names of those who assume a different and more independent attitude are seldom heard, and their works appear to be almost entirely unknown (...) The controversy, therefore, as to the methods of economic research and its relations to sociology as a whole, cannot long be postponed amongst us. It has in fact been already opened from different sides by Mr. Leslie” (INGRAM, 1878, p.28).

Nesse sentido, tanto Ingram como Leslie, seguindo a perspectiva da escola histórica alemã, pretendiam reconstruir a economia como uma ciência indutiva, observacional, empírica, negando o movimento de fortalecimento de uma teoria abstrata (BLADEN, 1977, p.21). Se essas colocações estavam ainda intimamente ligadas ao debate do método, numa disputa de qual “teoria econômica” assumiria a hegemonia numa fase de crise da Economia Política Clássica. Walter Bagehot, por exemplo, mostrava-se preocupado com o ambiente de crise da ciência econômica na década de 1870, que não conseguia mais responder às demandas da sociedade. Ainda que sua posição metodológica se aproximasse do método dedutivo e das lições de Ricardo, compreendia que as críticas dos economistas históricos possuíam algum fundamento, pois pouco esforço teria sido empreendido até então na análise da teoria econômica em sociedades atrasadas, “não econômicas”, como ele denominou. Não questionava, portanto, a validade das leis da economia política para o estudo e promoção de políticas na Inglaterra, por outro lado, reconhecia que poucos países teriam alcançado seu estágio de desenvolvimento (MATTOS, 2017, p.9-11).

O debate de Cambridge: *Princípios de Economia* e a política econômica inglesa

Pode-se dizer que a repercussão do debate do método realizado durante a década de 1870, tanto no ensino como na compreensão do que seria a teoria econômica na Inglaterra, começaria a ser sentida, efetivamente, somente anos mais tarde, a partir de uma nova polarização intelectual. A contenda ocorreria em Cambridge, na década de 1890, colocando em lados opostos William Cunningham, autor da volumosa obra sobre a indústria e comércio britânico, e Alfred Marshall, autor de *Princípios de Economia*, possivelmente o mais importante economista daquele período. Os comentaristas do debate lembram que além da polarização teórica-metodológica dos autores, como veremos a seguir, existia uma disputa política e pessoal entre Cunningham e Marshall pelo controle da cadeira de Economia Política de Cambridge. Esta, com a morte de seu titular, Henry Fawcett, acabou sendo assumida por Marshall em 1884 (MALONEY, 1976, p.441).

O impacto de *Princípios de Economia* foi profundo para a teoria econômica inglesa. Com a obra, Marshall alcançava seu objetivo de construir as bases “científicas”

para a então a nova Ciência Econômica ascendente. A partir da aproximação com a matemática, o autor defendia a possibilidade de realizar análises objetivas e de caráter universal, apontando para os limites do método indutivo. Sua teoria de equilíbrios parciais entre oferta e demanda formava um elemento essencial da teoria econômica que não poderia ser contestada: a maior conquista do marginalismo de Marshall era dar independência à economia, como uma ciência autônoma, rigorosa, com um corpo teórico próprio (MALONEY, 1976, p.450). Para Hodgson, contudo, seu marginalismo não pode ser considerado puramente individualista e subjetivo, pois como lembra o próprio autor nos Princípios: “Então, a análise econômica e o raciocínio geral são de grande aplicabilidade (...) [mas] qualquer mudança nas condições sociais deve ser considerada para o novo desenvolvimento das doutrinas econômicas” (apud HODGSON, 2001, p.99).

Alfred Marshall não era desconhecedor da história econômica ou tampouco contrário a ela, como demonstrado tanto em seu livro *Industry and trade* como em seus discursos nos quais buscava uma conciliação entre os métodos dedutivos e indutivos, entre a teoria e a história (MARSHALL, 1897, p.133).⁹ Sua própria proposição teórica é compreendida como ficando bases numa posição intermediária ao debate do método, rejeitando a proposta indutiva dos economistas históricos, de outro lado também questionava a separação da economia proposta por Jevons entre uma análise econômica matemática, abstrata e dedutiva, e outro ramo, o histórico, dos fatos.

O debate Cunningham-Marshall, desta forma, não assume o mesmo teor daquele de outrora, pois sendo o próprio Marshall um defensor da importância do método histórico, dizendo que a análise teórica teria o papel de criar uma estrutura de causalidade no processo histórico, acabava por desarmar seu oponente.

De qualquer maneira, sua posição hegemônica em Cambridge lhe rendeu os mais agressivos ataques de William Cunningham, seu maior antagonista, entre a década de 1880 e 1900.¹⁰ Cunningham em resenha sobre a obra *Princípios* de Marshall acusava que o autor assumia pressupostos teóricos distantes da realidade: “To attempt to interpret medieval rents in the light of this theory (Ricardian principle) is an anachronism, and shows a misunderstanding of the whole conditions of rural life”. Ainda mais diretamente indicava: “Alike in dealing with ancient civilisation, with municipal life, and with rural life in England, Professor Marshall is, I venture to think, singularly unlucky” (CUNNINGHAM, 1892, pp.494-6).

Para Marshall os ataques de Cunningham eram frágeis, pois apresentavam um autor que estaria estudando história econômica apenas como uma série de fatos (HODGSON, 2001, p.107). Na resposta de Marshall, ponderava:

“Dr. Cunningham is mistaken in supposing that my book proceeds on 'the underlying assumption... that the same motives have been at work in all ages, and have produced similar results... and that the same laws hold good.' On the contrary, the chapter on The Growth of Economic Science insists that modern economists are learning from biology (...) and my

⁹ Barker sintetiza tal disputa como quase fiel reprodução da batalha dos métodos: enquanto o primeiro defendia um ensino com maior peso empírico, o segundo advogava a favor de uma perspectiva mais teórica (1977, p.6). Hodgson questiona posições como a de Barker, que colocam Marshall como uma oposição à escola histórica alemã, alegando que o autor chega e tecer comentários elogiosos aos historicistas alemães, inclusive no *Principles* (2001, pp.95-7).

¹⁰ Vale o registro da troca de artigos entre os autores no *Economic Journal*: “The perversion of Economic History” (vol.2, número 7, 1892), é a principal acusação de Cunningham, após a publicação dos *Princípios*; e a resposta de Marshall é: “[The perversion of Economic History]: A reply” (vol.2, número 7, 1892).

definition of an economic or other social law is 'a statement that a certain course of action may be expected under certain conditions from the members of a social group'" (MARSHALL, 1892, p.507).

Nesses anos, a “vitória” de Marshall verificou-se pela reformulação da estrutura do curso de economia de Cambridge (o novo *Tripes* de 1903) e pela própria difusão da obra do autor, que gerou uma mudança significativa no campo da teoria econômica, da transformação da Economia Política em Ciência Econômica (KOOT, 1982, p.4). Com a nova graduação, os alunos teriam que cursar dois anos de ensino teórico e um último de economia aplicada, história econômica e política. O ensino perdia, desta forma, seu peso nos cursos de História e de Ciências Morais: era inegavelmente uma derrota para os defensores da maior presença do método histórico em Cambridge, como Foxwell e Cunningham. Marshall ainda conseguiria garantir uma sólida sucessão após sua aposentadoria. Passando o bastão a Arthur Pigou em 1908 e tendo John Maynard Keynes como editor do *Economic Journal* a partir de 1911, a Ciência Econômica, conforme seus desígnios, estava em boas mãos. (HODGSON, 2001, p.105).

Fora de Cambridge e concomitantemente à concretização do projeto de Alfred Marshall, dois importantes eventos envolveram os historiadores econômicos ingleses. O primeiro episódio de destaque foi a resposta que deram ao modelo de curso, que vinha se firmando em Cambridge: procuraram disseminar (com algum sucesso) disciplinas especificamente voltadas à história econômica nas mais diversas faculdades do país.¹¹ O segundo evento, por outro lado, foi a reunião, por parte daqueles que se filiavam a uma perspectiva histórica, em torno de algumas questões da política econômica inglesa, notadamente no debate sobre a reforma tarifária do início do século XX. A Grande Depressão do século XIX, e suas consequências para os trabalhadores, tinha levado economistas a se preocuparem crescentemente com os problemas sociais, assim como a questionar alguns dos princípios da Economia Política Clássica que acabam por guiar a formulação das políticas econômicas inglesas.

Quanto ao espaço institucional aberto ao método histórico e à própria história econômica, um passo decisivo no fortalecimento da área ocorreu em fins do século XIX na Universidade de Londres. A London School of Economics and Political Science (LSE) foi fundada em 1895, tendo entre seus objetivos, ser uma instituição para se opor às diretrizes que chamavam de ortodoxas vindas de Cambridge. Como defende Koot (1982, p.3-4), um dos princípios fundadores da LSE pode ser encontrado na batalha dos métodos inglesa, em que os economistas históricos defendiam que a teoria econômica *per se* não teria nenhum sentido, e para contrapô-la, os economistas deveriam se valer dos fatos, isto é, da história. Mas, como considera o autor, essa posição é muito mais do que somente uma posição metodológica, sua implicação estava diretamente relacionada às disputas sobre a política econômica inglesa.

Por outro lado, tal proposição presente entre as lideranças da LSE também dialogavam com mudanças do perfil dos estudos de história na Inglaterra. Com William Stubbs em Oxford, por exemplo, a disciplina se distanciava de uma perspectiva literária, presente em obras como de a Carlyle, para uma área de pesquisa com método mais preciso da análise documental, dando maior atenção para aspectos sociais e econômicos da história, como presente no livro de J.R. Green, *Short history of English people de 1874* (HARTE, 1975, p.xix).

¹¹ Nas palavras de T.C. Barker: “This great superiority of economics at Cambridge over that at Oxford, and the Cambridge economist’s influence over economic history in their university, posed problems for a nascent economic history society, for the prime movers in it were not from among the Cambridge economics elite” (1977, p.8).

Assim, a fundação da LSE deve ser compreendida como um movimento mais geral de contestação política existente na Inglaterra. Seus fundadores, Beatrice e Sidney Webb, tinham suas origens dentro do socialismo Fabiano, acreditando no caminho de um socialismo por via reformista, dentro das regras constitucionais. Inclusive, foi a partir dos recursos da sociedade Fabiana que se viabilizou a constituição da faculdade de Economia em Londres, cujo currículo deveria valorizar o ensino empírico, intervencionista, histórico e, acima de tudo, prático (KOOT, 1982, p.5). Em oposição ao que seria o novo *Tripes* idealizado por Marshall em Cambridge, o curso de Economia na LSE legava à teoria uma posição secundária, enfatizando, por outro lado, a história do pensamento econômico, a estatística, a história econômica e a economia aplicada.¹² A centralidade da história na formação dos economistas da Universidade de Londres alcançaria o auge com a reforma universitária de 1901, quando passava a ser possível que os estudantes do curso de economia se especializassem em história econômica. Nesse momento, Lilian Knowles, assistente de pesquisa de William Cunningham, seria apontada para assumir a primeira cadeira exclusivamente de história econômica na Inglaterra (HARTE, 1975, p.xxv).

Na direção do projeto da LSE, desde sua fundação, esteve W.A.S. Hewins, economista formado em Oxford, com grande simpatia pelo papel da história como ferramenta para indicar o progresso social. Na direção, desempenhou papel fundamental para garantir o perfil contestador da Faculdade naqueles anos iniciais. Entretanto, a liderança política da instituição estava nas mãos dos Webbs, os quais, no campo acadêmico, produziam vigorosa crítica às conclusões dos economistas clássicos e uma leitura também crítica dos efeitos sociais da revolução industrial; no campo político, os Webbs defendiam a regulação estatal dos trusts e da organização sindical, assim como pregavam que o economista deveria cumprir primordialmente com o papel de reformista social, relegando a segundo plano a busca por ser um destacado cientista. Com essa perspectiva, o curso tornou-se um centro de encontro de economistas históricos e reformistas sociais, recebendo *lectures* de personagens como William Cunningham, Herbert Foxwell, Edwin Cannan, William Ashley e, até mesmo, John A. Hobson.¹³

Hewins se afastaria da direção da London School of Economics nos primeiros anos do século XX, quando aderiu ao movimento em defesa da reforma tarifária de Joseph Chamberlain e veio a assumir a secretaria da Comissão Tarifária no ano de 1904. Para Gerard Koot, seguindo a tradição dos economistas históricos da década de 1870, os historiadores econômicos estavam realmente preocupados em debater a política econômica inglesa (KOOT, 1980, p.202).

O contexto era marcado pela evidente perda de competitividade da indústria inglesa frente às novas potências industriais, como Estados Unidos e Alemanha. A retomada de práticas protecionistas pelos países de industrializações atrasadas colocava em cheque a capacidade de sobrevivência da indústria inglesa, tendo como consequência a elevação da taxa de desemprego do país, que alcançaria os 8% em 1904. O Comissão Tarifária defendia taxas preferencias para os países do Império Britânico, questionando o consenso do livre-comércio que perdurava entre os políticos ingleses.

Em agosto de 1903, contudo, a proposta de reforma sofreria um ataque que abriria mais um capítulo na disputa entre economistas filiados à perspectiva histórica e os teóricos/ortodoxos. O chamado “Manifesto dos Professores”, publicado no *The*

¹² Vale acompanhar as cartas arroladas por Coats enviadas por Alfred Marshall com questionamentos sobre o projeto em curso para o então diretor da LSE, W.A.S. Hewins (COATS, 1967).

¹³ John Hobson foi uma personagem de destaque no debate econômico inglês, mas que nunca conseguiu lançar-se para dentro dos muros das Universidades por meio de uma posição expressiva. Foi autor de inúmeros livros, entre eles *Imperialismo, um estudo* (HODGSON, 2001, pp.111-2).

Times, foi assinado por economistas encabeçados por Alfred Marshall e tinha apoio de personagens como A.C. Pigou e F.Y. Edgeworth. Ao se colocar contrário ao projeto protecionista de Chamberlain, Marshall recuperava argumentos clássicos liberais. Para o grupo dos economistas históricos, que contava não só com Hewins, mas também com a participação de Ashley e Cunningham, a intervenção seria um instrumento para corrigir a concorrência desleal dos produtos importados, permitindo a manutenção da produção e do emprego na Inglaterra. Ewen Green considera que a influência do historicismo alemão sobre o pensamento desses intelectuais ingleses não pode ser comprovada, mas ressalta a sintonia da argumentação em prol da proteção econômica e da intervenção do Estado, assim como o contato dos economistas históricos ingleses com os autores alemães, especialmente Gustav Schmoller (GREEN, 1996, p.163-5).

Passada a polêmica em torno das tarifas e a consolidação do novo *Tripes* em Cambridge, ao que nos parece, as disputas entre as duas correntes de economistas se dissiparam. A Ciência Econômica, seguindo a perspectiva dos *Princípios* de Marshall, tornou-se o modelo de ensino e profissionalização dos economistas; a história econômica, por sua vez, perdia espaço dentro do campo dos economistas, mas se delimitava como área específica e cada vez mais coesa: os economistas históricos caminhavam para se tornarem efetivamente historiadores econômicos. O ensino de História Econômica estava reservado em algumas poucas disciplinas oferecidas nos cursos ingleses de economia, mas já não era indispensável como outrora pensado pelos economistas históricos ingleses para a formação dos economistas, como instrumento central na teorização do objeto econômico. Para Hodgson essa posição secundária dos economistas históricos entre os economistas era decorrência da incapacidade da escola histórica inglesa de formar um corpo teórico ou metodológico amplo e aplicável (HODGSON, 2001, p.111).

Portanto, os pioneiros da história econômica na Inglaterra basicamente atacavam em duas frentes durante as décadas de passagem para o século XX. Promoviam uma evidente defesa da maior presença da análise histórica, fundamentada no empirismo, dentro dos cursos de economia, o que no entendimento de Gras era uma reação ao debate do método em economia (GRAS, 1927, p.21). E, ao mesmo tempo, mantinham uma posição crítica à política econômica britânica, defendendo a maior intervenção do governo na economia, e exigindo o maior arbítrio entre os conflitos de capital e trabalho e a implementação de reformas sociais.

Rumo à institucionalização: a criação da *Economic History Society*

Nesse sentido, as duas primeiras décadas do século XX foram marcadas pela disseminação do ensino de história econômica na Inglaterra. Tratava-se do movimento de manter um espaço para a história econômica na formação de economistas neoclássicos. Em Manchester a disciplina foi assumida, entre 1905 e 1908, por H.O. Meredith, autora de *Outlines of the history of England*. Em Cambridge seriam oferecidas algumas disciplinas com temas em história econômica, como a de S.J. Chapman com sua história econômica da Inglaterra – posteriormente publicada em três volumes como *Economic history of modern Britain* (primeiro volume de 1926); ou ainda disciplinas oferecidas por Meredith, que em 1909 se transferiu para Cambridge. Apesar da temática se fazer presente dentro da formação dos economistas de Cambridge, a cadeira de história econômica seria criada somente em 1928 – pouco depois da formação da *Economic History Society* – sendo ocupada por Clapham. Em Oxford o espaço da história econômica foi muito mais oxigenado, sendo L.L. Price o responsável pelo oferecimento de disciplinas da área entre 1907 e 1921; enquanto isso,

em Edinburgo, a partir de 1908, a disciplina seria oferecida por George Unwin, autor de *Industrial organization in the sixteenth and seventeenth centuries* (1904). Finalmente, Eileen Power e R.H. Tawney reforçariam os quadros da London School of Economics na década de 1920 (HARTE, 2001).¹⁴

Ainda assim, na década de 1920 eram poucos profissionais dedicados exclusivamente à história econômica na Inglaterra, contudo, a área crescia com novas pesquisas e interessados. Em 1923, no Congresso Histórico Internacional, organizado em Bruxelas, Ashley entrou em contato com Henry Pirenne, Nicolaas Wilhelmus Posthumus e Lucien Febvre para tentar criar uma sociedade internacional de história econômica e social, assim como uma revista própria dedicada ao tema. Mas a investida não surtiu efeito (BARKER, 1977, p.6). No retorno à Inglaterra, compreendeu que a iniciativa deveria ocorrer dentro das fronteiras do país.

Tal empreendimento foi então liderado por Eileen Power, organizadora de uma sessão dedicada à história econômica na Segunda Conferência Anglo-Americana de Historiadores no Instituto de Pesquisas Históricas, em julho de 1926. Para o evento, William Ashley foi convidado a proferir a palestra “O lugar da história econômica nos estudos universitários”. Ashley, nessas alturas, era o decano dos historiadores econômicos ingleses, já aposentado da Universidade de Birmingham.¹⁵ Eileen Power, na oportunidade, colocou em discussão o tema “a nova sociedade de História Econômica, a revista de História Econômica e outros métodos para desenvolver a área”. Era o marco de fundação da associação: a *Economic History Society* surgia com Ashley de presidente e com os vice-presidentes E.F. Gay (de Harvard) e W.R. Scott (da Escócia), tendo aproximadamente 480 sócios individuais e 125 bibliotecas filiadas (sendo cerca de 80 sócios individuais provenientes dos Estados Unidos). A secretaria foi comandada por Eileen Power e F.W. Tickner, enquanto o tesoureiro era J.A. White.

Constituída a associação, o segundo objetivo do grupo era garantir a elaboração da nova revista de história econômica. Barker (1977, p.3-5) sugere que durante o entreguerras a associação foi uma organização para manter viva a revista, afinal, até a década de 1920, as pesquisas inglesas de história econômica precisavam buscar revistas na Alemanha, ou espaços marginais nas revistas inglesas. *The Economic Journal* limitava o perfil dos estudos de história econômica, enquanto *English historical review* e *Transactions of the Royal Historical Society* davam prioridade para estudos de história política (BARKER, 1977, p.5).

Assim, a edição da revista foi encabeçada por Ephraim Lipson (Oxford) e R. H. Tawney (LSE), e essa presença de historiadores econômicos de Oxford e de Londres nos principais postos da associação parecia incomodar os economistas de Cambridge. Segundo Barker, para frear a formação da sociedade de história econômica, que não estaria nas mãos de Cambridge, a *Royal Economic Society* decidiu publicar em 1925 um número especial de sua revista dedicada à história econômica. O número *Economic History* do *Economic Journal*, cujo editor era ninguém menos do que John M. Keynes, foi publicado em janeiro de 1926, poucos meses antes da formação da *Economic History Society* (BARKER, 1977, p.12). Mas o projeto da *Economic history review* já estava em andamento, e seu primeiro número foi publicado no início de 1927, tendo como artigo inicial a conferência proferida por Ashley no ano anterior. O primeiro presidente da *Economic History Society* comemorava a conquista:

¹⁴ Ironicamente, considera Koot, durante o entreguerras, a LSE tendeu a caminhar para uma crescente ortodoxia, sob a liderança de William Beveridge entre 1919-1927, e presença de economistas como Lionel Robbins e Friedrich A. Hayek, enquanto Cambridge tornou-se “herética” (1980, p.204).

¹⁵ Outras lideranças já tinham falecido: William Cunningham em 1919, Lilian Knowles em 1926 e George Unwin em 1927.

That in this Anglo-American Conference of Professors and Teachers of History there is a section for Economic History is a significant fact. (...) It indicates that Economic History has won an acknowledged place for itself as a field of study, side by side with the Political, the Constitutional, the Ecclesiastical, the Military. And this is the outcome of the recognition that the economic aspect of history is one of large significance (ASHLEY, 1927, p.1).

É sintomática a mudança de discurso de Ashley. Se em 1927 o patrono da História Econômica na Inglaterra comemorava o reconhecimento de um espaço próprio para a área, décadas antes, no momento da inauguração da cadeira de História Econômica em Harvard, parecia acreditar que a disciplina assumiria papel central na teoria econômica: “Harvard must receive the credit of having been the first among universities to realize the altered situation. It has been the first to see the wisdom of having both attitudes - the theoretical and the historical - represented in a great institution of learning” (ASHLEY, 1893, p.123).

Também em artigo publicado no primeiro número da *Economic History Review*, N.S.B. Gras, professor de Harvard herdeiro da cadeira de Ashley, considerava que o caminho de especialização da história econômica, na Inglaterra e nos Estados Unidos, vinha dando relevante impulso para aprofundar os temas específicos da área.¹⁶ Saudando a constituição da *Economic History Review*, acreditava que a tendência seria de aperfeiçoamento dos estudos de história econômica, que teria “potente força nos próximos anos” (GRAS, 1927, p.23).

O otimismo de Gras não era infundado, a *Economic History Society* crescerá nas décadas seguintes, tornando-se um espaço relevante de reunião de pesquisadores e divulgação de novos estudos. Contudo, se comparada à ambição dos economistas históricos ingleses, de que a história econômica seria o núcleo formador dos economistas, a associação transparecia uma conquista tímida, quase um espaço de resistência.

Considerações finais

A formação das associações nacionais de história econômica ao longo do século XX e, em especial no ano de 1927 na Inglaterra, para os poucos trabalhos que se dedicaram ao tema, aparece como uma forte evidência de fortalecimento da área. O que podemos observar por meio da experiência inglesa, contudo, é um processo diametralmente oposto: a necessidade de constituição da associação, de formalização de rede de pesquisadores por meio da organização de congressos e da publicação de revistas voltados para a área de história econômica, deve ser reconhecida muito mais como um instrumento defensivo do que de conquistas.

Essa difícil trajetória dos pesquisadores que se aproximaram de métodos históricos para realizar a análise econômica pode ser retratada bem pela tendência de sua transformação da denominação de seus representantes. Inicialmente como

¹⁶ Em sua aula inaugural na cadeira de História Econômica da Universidade de Londres, R.H. Tawney, apesar de estar vinculado a escola de economia, faz um discurso, no que diz respeito ao método, plenamente voltado da relação entre a história econômica e a história: “The only adequate history is *l’histoire intégrale*, and the limitations of specialisms can be overcome only by a treatment which does justice at once to the economic foundations, the political superstructure and the dynamic of ideas. (...) At the moments when I forget that I am a teacher in a School of Economics, I confess to an unregenerate pleasure in the clang of decisive action, and in the noise which human beings make in the rare hours when they rise to it.” (TAWNEY, 1933, p.20-1).

economistas históricos, o reconhecimento era antes de que estes eram economistas, de que contribuía para uma forma de compreender e analisar os fenômenos econômicos, tendo a história como esse instrumento central. Com a nova definição da Ciência Econômica, da crescente teorização e de valorização do corpus teórico formal, em detrimento do uso de evidências empíricas, de fatos históricos, os economistas históricos vão se tornando historiadores econômicos, isto é, um grupo de pesquisadores mais distante da economia, agora historiadores.

O percurso da história econômica na Inglaterra representou bem esse processo. Se entre as décadas de 1870 e 1890 os economistas históricos disputaram o novo paradigma dominante da teoria econômica, nas décadas iniciais do século XX a derrota era já evidente. No novo cenário de fortalecimento do discurso de uma Ciência Econômica dedutiva, universal, restou aos economistas históricos se organizarem institucionalmente, construindo cadeiras nas universidades, associações, publicações, locais em que a história econômica estaria plenamente preservada. Em certo sentido, esse seria o primeiro capítulo de uma trajetória de resistência da história econômica no campo da Economia recorrente ao longo de todo o século XX.

Referências bibliográficas

- ASHLEY, William. "The place of economic history in University studies". *The economic history review*. Vol.1, nº1, 1927, p.1-11.
- ASHLEY, William. "On the Study of Economic History." *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 7, no. 2, 1893, pp. 115–136
- BARKER, T.C. "The beginnings of the Economic history society". *The Economic History Review*, vol.30 (1), 1977, pp.1-19.
- BLADEN, V.W. "Mill to Marshall: The conversion of the economists". *The Journal of Economic History*, vol.1 (Supplement), 1941, pp.17-29.
- COATS, A. W. "Alfred Marshall and the Early Development of the London School of Economics: Some Unpublished Letters." *Economica*, vol. 34, no. 136, 1967, pp.
- CUNNINGHAM, William. "The perversion of Economic History" *Economic Journal*, vol.2 (7), 1892.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.
- FOURCADE, Marion. *Economists and societies. Discipline and profession in the United States, Britain & France, 1890 to 1990s*. New Jersey: Princeton University Press, 2009.
- GAY, Edwin. "The Tasks of Economic History". *The Journal of Economic History*, vol. 1 (S1), 1941, pp.9-16.
- GRAS, N.S.B. "The present condition of economic history". *The quarterly journal of economics*. Vol.34 (2), 1920, pp.209-224.
- GRAS, N.S.B. "The rise and development of Economic History". *The Economic History Review*, Vol.1 (1), 1927, pp.12-34.
- GREEN, E.H.H. *The crises of conservatism. The politics, economics and ideology of the British Conservative Party, 1880-1914*. London: Routledge, 1996.
- HARTE, Negley. *The study of economic history: collected inaugural lectures, 1893-1970*. Londres: Frank Cass, 1975.
- HARTE, Negley. "The Economic History Society, 1926-2001". HUDSON, Pat. *Living economic and social history*. Glasgow: Economic History Society, 2001.
- HEATON, Herbert. "The early history of Economic History Association". *The Journal of Economic History*. Vol.1 (Supplement), 1941, pp.107-109.

- HEATON, Herbert. "Twenty-Five Years of the Economic History Association: A Reflective Evaluation". *Journal of Economic History*, 25 (4), 1965, pp. 465-79.
- HODGSON, Geoffrey. *How economics forgot history*. The problem of historical specificity in Social Science. London: Routledge, 2001.
- INGRAM, John Kells. "The present position and prospects of political economy: being the introductory address delivered in the Section of Economic Science and Statistics of the British Association for the Advancement of Science". *Journal of the Statistical and Social Inquiry Society of Ireland*. Vol.VII, PartLIV, 1878/1879, Appendix, pp1-29.
- KOOT, Gerard. "English historical economics and the emergence of economic history in England". *History of Political Economy*. Vol.12 (2), 1980, pp.174-205.
- KOOT, Gerard. "An alternative to Marshall: economic history and applied economics at the early LSE". *Atlantic economic journal*, vol.10 (1), 1982, pp.3-17.
- LESLIE, Cliffe. "History of German Political Economy". *Fortnightly Review*. 1875, <https://socialsciences.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/leslie/leslie04.html>
- LESLIE, Cliffe. "Political Economy and Sociology", *Fortnightly Review*, 1879, https://socialsciences.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/leslie/leslie06.html#N_1
- MALONEY, J. "Marshall, Cunningham, and the emerging economics profession". *Economic history review*, vol.29 (2), 1976, p.440-51.
- MARSHALL, Alfred. "[The perversion of Economic History]: A reply". *Economic Journal*. vol.2 (7), 1892.
- MATTOS, Laura Valladão de. "Marshall e os críticos à economia política clássica". *Revista Economia Política*. Vol.30 (2), 2010, pp.271-292.
- MATTOS, Laura Valladão de. "Os debates metodológicos na Inglaterra nas décadas de 1870 e 1880: o desafio historicista à economia política". ANPEC, 2017.
- MARSHALL, Alfred. "The old generation of economists and the new". *The quarterly Journal of Economics*, vol.11 (2), 1897, pp.115-135.
- NARDINELLI, Clark & MEINERS, Roger. "Schmoller, the Methodenstreit, and the development of Economic History". *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, vol.144 (3), 1988, pp.543-551.
- SCHUMPETER, Joseph. *História da análise econômica*. Vol.3. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- SCHUMPETER, Joseph. *Fundamentos do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- TAWNEY, R.H. "The study of Economic History". *Economica*, No. 39, 1933, pp. 1-21.
- TRIBE, Keith. "Historical schools of economics: German and English". SAMUELS, W. et al (orgs). *A companion to the history of economic thought*. Blackwell Publishing Ltd, 2003.